

Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo

Jéssica Silva Moreira Camargo
Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito
e-mail: viviaplanta@gmail.com

Rafael Navas
Docente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
e-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

Resumo

O objetivo desse trabalho foi avaliar os impactos dos Programas Institucionais de Compra da Agricultura Familiar na diversificação de cultivos e sua contribuição para a alimentação de agricultores familiares de Ribeirão Grande/SP. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 22 famílias. Os Programas proporcionaram melhorias econômicas, porém tem ocasionado a especialização de cultivos e aumento do consumo de itens industrializados e redução da produção para autoconsumo.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; sistemas agroalimentares.

Buying institutional programs of family farming in the municipality of Ribeirão Grande/SP: an analysis from the production and consumption

Abstract

The objective of this work was to evaluate the impacts of the Institutional Programs of Purchase of Family Agriculture on the diversification of crops and their contribution to the feeding of family farmers of Ribeirão Grande/SP. Semistructured interviewees were conducted with 22 families. The Programs have provided economic improvements, but have led to specialization of crops and increased consumption of industrialized items and reduced production for self-consumption.

Keywords: Food Acquisition Program; National School Feeding Programme; agrifood systems.

Programas institucionales de compra de la agricultura familiar en el municipio de Ribeirão Grande/SP: una análisis de la producción y consumo

Resumen

El objetivo de este estudio fue evaluar el impacto de los Programas Institucionales de compra de la agricultura familiar en la diversificación de cultivos y la contribución a la alimentación de los agricultores familiares en Ribeirão Grande/SP. El trabajo se realizo con encuestas semiestructurada con 22 familias. Los programas proporcionarán mejoras económicas, pero ha dado lugar a la especialización de los cultivos y el aumento del consumo de productos industriales y la reducción de la producción al consumo.

Palavras claves: Programa de aquisição de alimentos; programa nacional de alimentação escolar; sistemas agroalimentarios.

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.696/2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, com objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de contribuir para formação de estoques, fortalecer a agricultura familiar e abastecer o mercado institucional de alimentos (HESPANHOL, 2013).

Os produtos de origem da agricultura familiar são adquiridos pelo Governo Federal sem a necessidade de licitação e o Programa possui seis modalidades, sendo a Compra com Doação Simultânea a mais acessada pelos agricultores.

O PAA representou um grande avanço para os primeiros alicerces das aquisições institucionais de produtos pela agricultura familiar e vem contribuindo para o fortalecimento do setor. O programa tem promovido o fortalecimento das organizações de produtores e o desenvolvimento sustentável (SAMBUICHI et al., 2014) e tem conseguido cada vez mais legitimidade social nos espaços político-institucionais (GRISA et al., 2011).

A modalidade Compra com Doação Simultânea tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva, restaurando a policultura, que era comum na agricultura familiar e com a modernização acabou conduzindo os agricultores à especialização produtiva, monoculturas e produção de *commodities*, expondo os mesmos à vulnerabilidade social. Nessas situações, o PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção a uma demanda diversificada. Muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que até então eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido (GRISA et al., 2011).

Segundo Leal (2015) o PAA vem como um importante instrumento de política pública, contribuindo para a segurança alimentar, mas ainda não é uma política consolidada, pois são poucas famílias beneficiadas e os recursos ainda não atendem a demanda. Coca (2015) relatou que o PAA tem contribuído para maior autonomia dos camponeses no Paraná, sendo uma política emancipatória, mesmo ocorrendo problemas, como dificuldades de comercialização de produtos de origem animal e o baixo valor da cota anual. O autor cita também que o Programa tem exercido importante papel na dinamização das unidades de produção, com incentivo à formação de cooperativas e associações, diversificação produtiva, garantia de renda e valorização do trabalho feminino. Para Vinha e Schiavinatto

(2015) essa política tem potencializado a soberania alimentar e criado alternativas à agricultura capitalista, com defesa da produção de alimentos saudáveis.

Outro Programa que tem contribuído para o fortalecimento da Agricultura Familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora existente desde a década de 1950, a partir de 2009, de acordo com a Lei nº 11.947/2009 passou a ter a obrigatoriedade de compra de no mínimo 30% de produtos adquiridos diretamente da agricultura familiar e ampliou as exigências alimentares e nutricionais relativas à alimentação servida nas escolas públicas.

De acordo com Sambuichi et al. (2014) o PNAE tem incentivado a compra de produtos agroecológicos e orgânicos, com acréscimo de preço nas compras e tem proporcionado maior diversificação produtiva, sendo uma estratégia importante para o fortalecimento da produção familiar, pois garante mais segurança da renda e conservação ambiental. Os autores citam também que esse Programa tem promovido o fortalecimento das organizações dos produtores, permitindo mais condições de competitividade e estrutura para agregar valor aos produtos, além da aproximação de produtores e consumidores e o fortalecimento dos mercados locais.

A conexão entre a agricultura familiar e alimentação escolar garante o emprego de alimentos variados, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (PNATER, 2007).

Segundo Turpin (2009) o PNAE tem promovido o fortalecimento da economia local pela retenção do capital gasto pelo Poder Público dentro da própria região, além do aumento e diversificação da produção, fortalecimento institucional, garantia de renda e aumento da qualidade de vida, sendo um propulsor do desenvolvimento local. Para Ribeiro et al. (2013) o PNAE proporcionou incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural, com criação de mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, além da formação de hábitos alimentares saudáveis e desenvolvimento local nos municípios brasileiros.

Pesquisas vêm sendo desenvolvidas evidenciando os impactos socioeconômicos dessas políticas para a agricultura familiar, porém, pouco se tem detalhado sobre seus impactos na alimentação dos agricultores. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar os impactos dos Programas Institucionais de Compra da Agricultura Familiar, sob o aspecto de diversificação de cultivos entre agricultores familiares de Ribeirão Grande/SP e sua contribuição para o consumo e alimentação dos mesmos.

A produção e o autoconsumo

Um dos pioneiros no estudo da produção para autoconsumo foi Chayanov (1974), que considera a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e consumo familiar. Para o autor, o camponês executa as tarefas e trabalhos produtivos visando o equilíbrio entre o consumo e o trabalho da família, levando em conta a composição e o tamanho da mesma.

Para Chayanov (1974) as ações e lógicas do campesinato eram direcionadas para o bem estar da família e as estratégias tinham como objetivo a obtenção do consumo, sendo essa a condição básica de bem estar do grupo doméstico. Segundo o autor, as unidades que possuem o consumo necessário dos seus membros possuem também maior autonomia frente à sociedade envolvente.

Chayanov (1974) ainda considera que o mercado é o principal determinante da organização da unidade camponesa, definindo as mercadorias que o agricultor vai produzir, fazendo com que o mesmo empregue sua força de trabalho nessas atividades, visando obter as melhores remunerações e nesse contexto, o mercado faz com que o equilíbrio consumo/trabalho comece a ser desestruturado no interior da família.

Outros autores, como Gazolla (2004) considera a produção para autoconsumo como característica própria da agricultura familiar, cumprindo internamente à unidade familiar a função de manter a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação (MALUF, 2002).

Essa produção confere às unidades maior controle sobre o processo produtivo e sobre sua reprodução social (PLOEG, 2006).

De acordo com Maluf (2002) a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias do meio rural, como fonte direta de renda e de alimentos para o autoconsumo.

Segundo Gazolla (2004) a produção para autoconsumo não tem apenas a função de alimentar a família, mas está relacionada à esfera cultural dos agricultores, ao seu modo de vida e à autonomia reprodutiva frente ao contexto socioeconômico.

A segurança alimentar apareceu mais explicitamente no cenário das políticas públicas brasileiras somente a partir dos anos 1980. No bojo desses debates a respeito da segurança alimentar é observado que essa aponta para além do aspecto da qualidade nutricional do alimento, mas também ao respeito aos hábitos culturais e aos modos de produção ecologicamente sustentáveis.

Numa perspectiva antropológica, a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.

Para se alcançar a segurança alimentar é preciso pensar na qualidade nutricional dos alimentos, nos hábitos alimentares de cada grupo social e na contínua produção e presença de alimentos (MALUF e MENEZES, 2000).

Silva e Costabeber (2013) destacam que a produção de alimentos praticada pelas sociedades rurais sempre esteve fortemente ligada às estratégias de segurança alimentar, caracterizadas pela ligação direta com a natureza e pelas formas com que o homem se relaciona com ela. Atualmente para os autores, observa-se uma ruptura desse processo, em razão da inserção do modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura e pela aproximação dos universos urbano e rural, levando os agricultores a atender o mercado, em substituição às necessidades alimentares da família e ao aumento e diversificação dos níveis de renda, através da priorização em atender os mercados.

Para Menasche et al. (2008) na atual agricultura familiar, coexiste os cultivos e criações realizadas com as modernas tecnologias, com as técnicas tradicionais de produção de alimentos voltada ao autoconsumo das famílias, contribuindo para sua segurança alimentar e suas estratégias de reprodução social.

Metodologia

O Município de Ribeirão Grande (24°05'57" S 48°21'55" O) localiza-se no Vale do Alto Paranapanema, na região sudoeste do Estado de São Paulo. A área do município com mata atlântica corresponde a cerca de 40% da sua área territorial e possui população de 7.419 habitantes.

O grupo de agricultores dessa pesquisa é formado por 59 pessoas participantes do PAA, das quais apenas 12 participam também do PNAE, pois a demanda de merenda do município é baixa. Do total de agricultores participantes dos programas, foram selecionados 22 famílias para a realização das entrevistas, que se concentram em quatro bairros rurais: Ferreira dos Matos, Rodrigues, Capoeira Alta e Machado e foram escolhidos aleatoriamente.

No bairro Ferreira dos Matos concentra-se o maior número de agricultores inseridos nas políticas públicas e também é um dos bairros mais populosos da cidade, onde a maioria dos moradores possui algum tipo de parentesco, constituindo a família Ferreira. Atualmente o bairro possui pavimentação asfáltica, uma escola municipal, mercado local, uma pequena padaria e uma igreja, onde acontecem festas durante todo o ano. O bairro dos Rodrigues localiza-se a 5 km do centro da cidade e não possui comércio local. Dos quatro bairros percorridos, Capoeira Alta é o bairro mais distante do centro de Ribeirão Grande, localizando-se em torno de 9 km da cidade. O bairro não possui nenhum comércio local, mas os moradores informaram que semanalmente passam vendedores de pães, queijos, peixes, entre outros produtos. O bairro Machado possui apenas um agricultor inserido nos

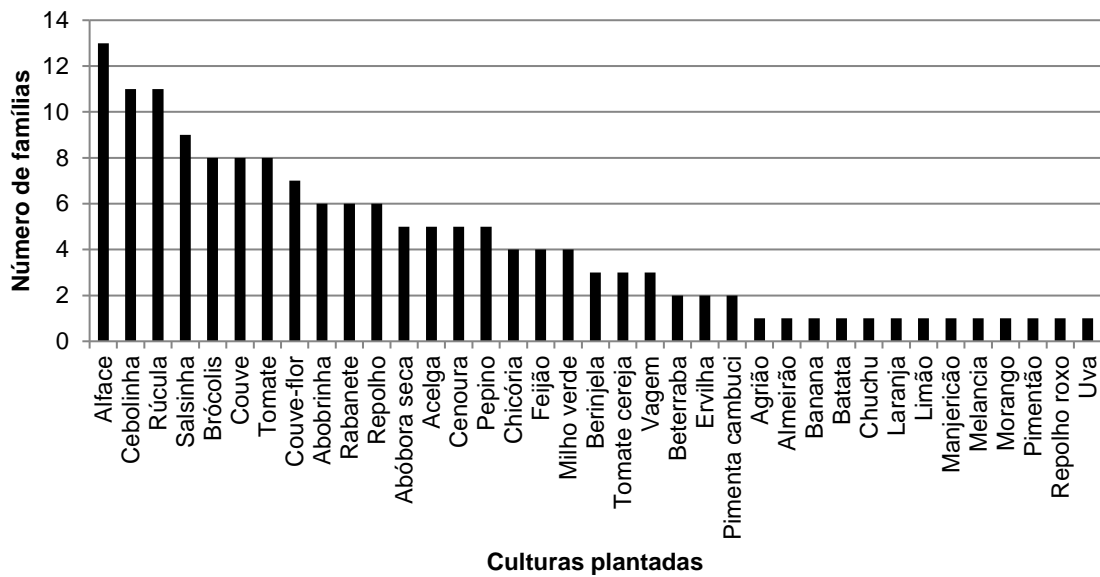
programas PAA e PNAE. Não possui nenhum comércio local, apenas uma pequena igreja e um campo de futebol, onde a maioria dos moradores do bairro e visitantes realizam atividades nos finais de semana.

As entrevistas tiveram duração média de 4 horas, sendo parcialmente estruturadas, em que alguns tópicos foram fixados e outros redefinidos conforme o andamento da entrevista e dessa forma permitiu maior controle da situação pelo entrevistado (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para a conversa. Nessa ocasião, as entrevistas buscaram identificar o sistema de produção animal e vegetal e os hábitos alimentares das famílias e ocorreram no segundo semestre de 2014.

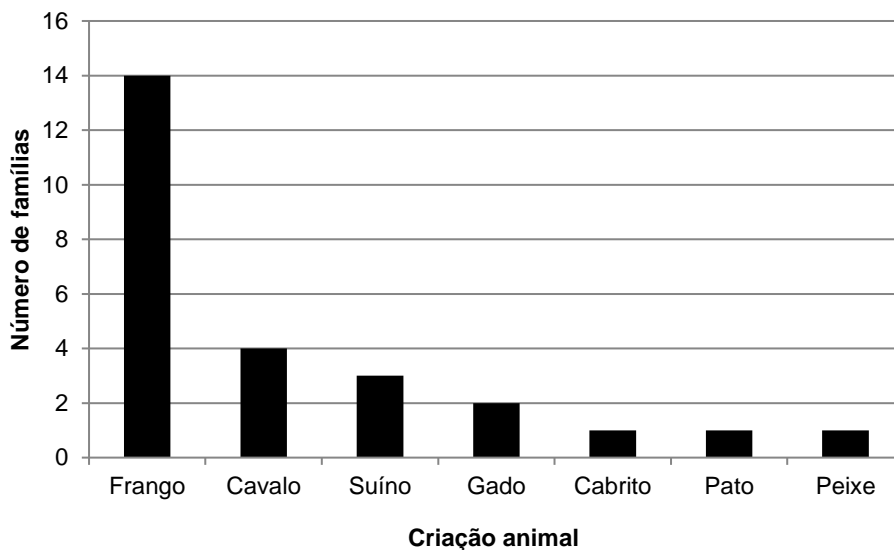
Resultados e discussão

A diversidade de cultivos vegetais e criação animal podem ser observados nos Gráficos 1 e 2 respectivamente. Observa-se que a diversidade entre o grupo é alta, porém nas propriedades a diversidade é relativamente baixa em relação ao grupo. As espécies mais cultivadas pelos agricultores são as de ciclo curto, por ser de fácil cultivo e rápida comercialização. Esse fato é reflexo da especialização em determinados cultivos, considerando que o grupo de agricultores se reúne uma vez ao mês para definição das culturas a serem entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos, sendo limitado até cinco produtos diferentes por agricultor. Esse fato foi definido pelo grupo visando proporcionar melhor logística para o projeto no município. Diferentemente de outras pesquisas que evidenciam o aumento na diversidade de culturas com a inserção do PAA e PNAE (COCA, 2015; VINHA e SCHIAVINATTO, 2015; LEAL, 2015; SAMBUICHI et al., 2014; GRISA et al., 2011), no município de Ribeirão Grande a venda para os Programas Públicos tem proporcionado o cultivo de poucas espécies, visando facilitar o manejo pelo agricultor e a logística da execução do PAA.

Observa-se que poucas propriedades possuem criação animal, sendo a mais frequente a criação de aves, que tem a finalidade principal o abastecimento da família em ovos e carne. Segundo os entrevistados, a partir do ingresso dos produtores no PAA e PNAE, a criação animal foi reduzida em razão da maior dedicação do tempo para os cultivos vegetais, considerando que sua entrega se realiza semanalmente, possuem ciclo rápido de produção, com rápido retorno econômico, além da necessidade de obtenção de certificados de inspeção para venda dos produtos animais, o que inviabiliza sua venda para os agricultores de Ribeirão Grande que não possuem a infraestrutura necessária.

Figura 1. Diversidade de culturas produzidas pelos agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

Gráfico 2. Diversidade de criação animal dos agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

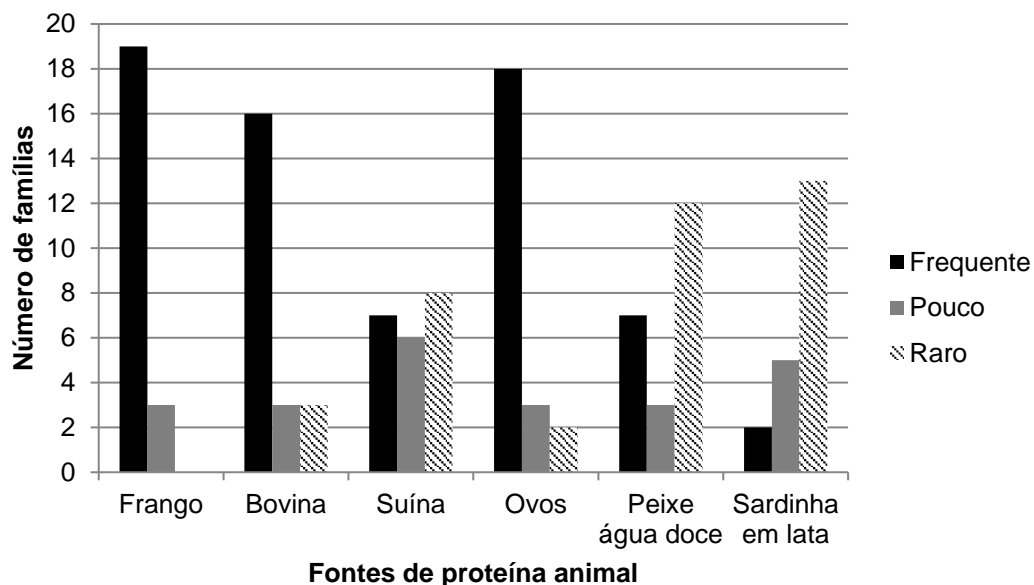
Esta redução da criação animal pode ter impacto na menor disponibilidade de insumos para uso na produção vegetal, como esterco, levando os agricultores à maior dependência do mercado de insumos e de adubos sintéticos, reduzindo sua autonomia e elevando os custos de produção.

Embora todos os agricultores atendam a demanda de venda anual estipulada pelo Programa, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), contribuindo para a geração de renda, a especialização na produção pode proporcionar menor oferta de alimentos para consumo familiar. Destaca-se que a diversidade é considerada a premissa

básica para alcançar o manejo sustentável dos agroecossistemas (GLIESSMAN, 2000), minimizando a necessidade de insumos e vêm se mostrando viável do ponto de vista econômico e ecológico, pois mantém a capacidade produtiva (PALUDO e COSTABEBER, 2012), além de garantir a segurança alimentar das famílias (VIEIRA et al., 2009).

Com relação ao consumo de proteína animal observa-se que as principais fontes são as aves, ovos e carne bovina (Gráfico 3), sendo que as famílias que apresentam maior diversidade de consumo, incluindo carne suína e peixe, são aquelas que possuem maior diversidade de criações. Na maioria das famílias esses produtos são comprados em mercados locais e supermercados. O maior consumo de frango vem sendo observado em várias pesquisas sobre alimentação em diferentes grupos rurais, principalmente pelo menor custo de aquisição e facilidade de comprar em supermercados, evidenciando maior dependência da aquisição de produtos nesses locais, que antes eram produzidos localmente (SILVA et al., 2015; NAVAS et al., 2015; CAMBUY, 2006).

Gráfico 3. Frequência alimentar de proteínas entre agricultores de Ribeirão Grande

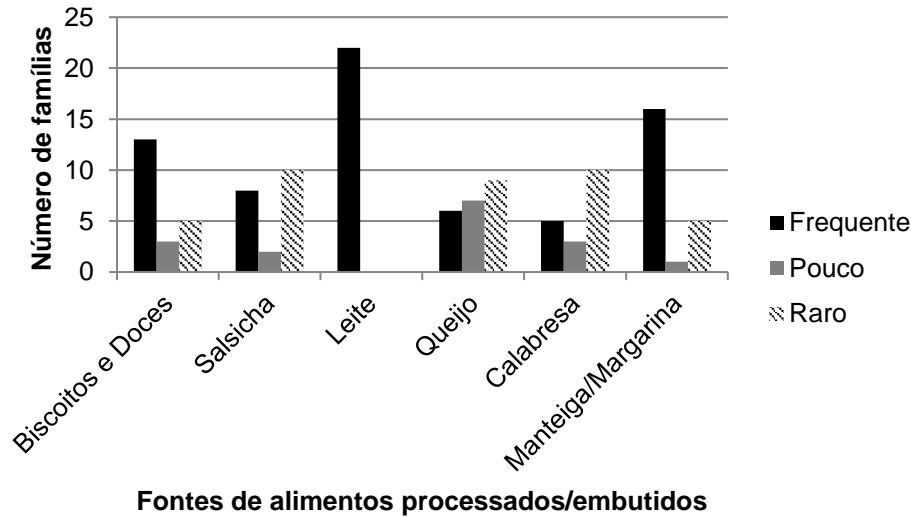


Organização: Autores

Entre os produtos industrializados, em todos os bairros é frequente o consumo de leite, margarina, biscoitos, doces e sucos artificiais, como observado no Gráfico 4. Esta mudança nos hábitos alimentares, com maior consumo de produtos a base de óleos vegetais e açúcares vêm sendo observada entre vários grupos rurais no Brasil (CAMBUY, 2006; SOUZA E SOARES, 2011), sendo decorrência do aumento de renda e facilidade de compra, pois a maioria dos bairros possuem mercados locais. Segundo Pollan (2008) devido à expansão da economia de mercado e à globalização mundial, os hábitos alimentares têm se transformado, substituindo as produções locais por produtos industrializados e

processados, como óleos vegetais e gorduras. Segundo Silva et al. (2015) atualmente há um processo de inserção do modo de vida urbanizado nas comunidades rurais, fruto do maior acesso ao meio urbano e compra de itens industrializados para alimentação, impactando na produção agrícola de autoconsumo e nos usos dos recursos naturais.

Gráfico 4. Frequência alimentar de produtos industrializados, laticínios e embutidos entre agricultores de Ribeirão Grande

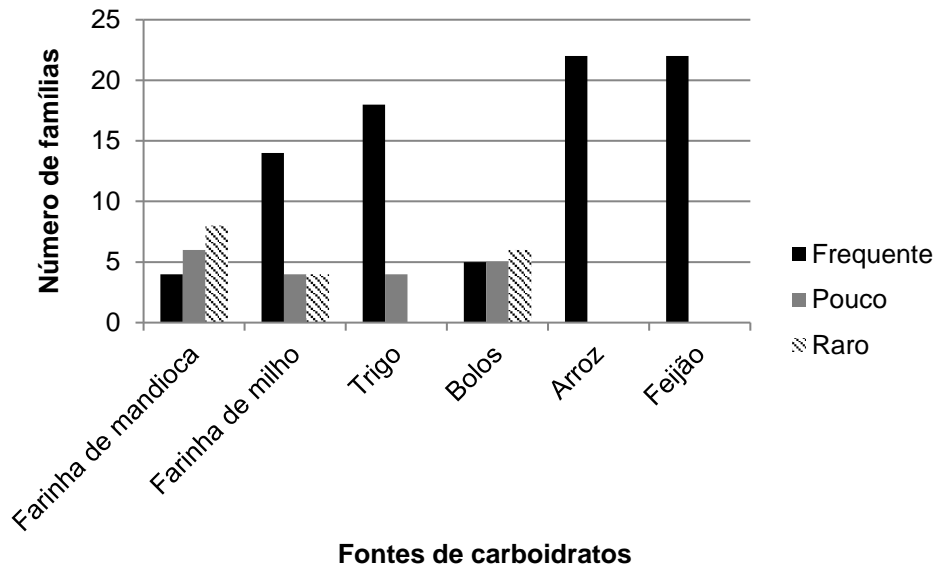


Organização: Autores

Com relação às fontes de carboidratos, prevalece o consumo de arroz e feijão (Gráfico 5), mas há a introdução da farinha de trigo, principalmente pelo consumo de pães. Somente dois agricultores produzem feijão, sendo que os demais adquirem em supermercados, em decorrência da especialização de cultivos para a venda, em detrimento da produção para autoconsumo. A farinha de milho apresentou consumo frequente entre as famílias e sua preferência se deve à influência dos hábitos alimentares dos camponeses sulistas, onde o milho é uma cultura típica e se faz bastante presente na dieta alimentar, porém atualmente todas as famílias adquirem esse produto em supermercados.

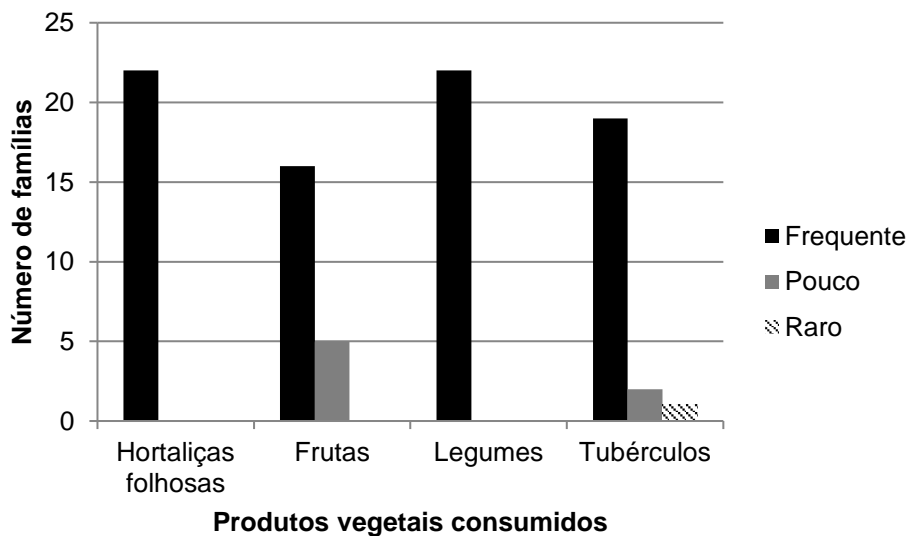
O consumo de produtos vegetais são os mais frequentes na alimentação de todos os agricultores entrevistados (Gráfico 6) em razão da produção para a venda desses alimentos. Isso reflete a relação entre a produção de consumo e venda, contribuindo para uma alimentação mais diversificada. É importante ressaltar, que a entrega de apenas cinco produtos por agricultor, definido nas reuniões do grupo, pode ter um reflexo na redução da diversidade de cultivo e conseqüentemente de consumo ou a compra desse grupo de alimentos em mercados locais.

Gráfico 5. Frequência alimentar de fontes de carboidratos, amido e grãos entre agricultores de Ribeirão Grande



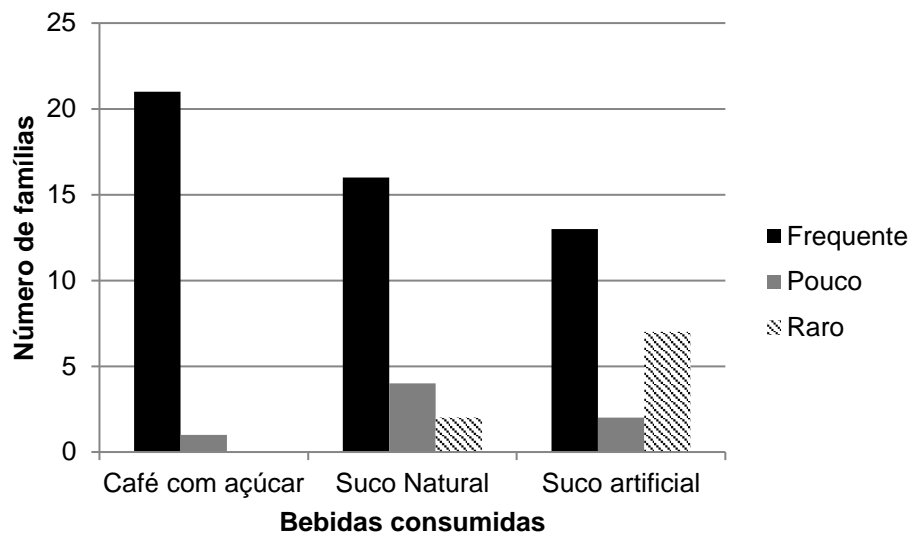
Organização: Autores

Gráfico 6. Frequência alimentar de frutas e verduras entre agricultores de Ribeirão Grande



Organização: Autores

Com relação às bebidas (Gráfico 7) prevalece o café com açúcar e sucos naturais, porém as famílias também consomem sucos artificiais, principalmente pelo baixo custo e fácil aquisição.

Gráfico 7. Bebidas consumidas entre agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

Por um lado, os Programas de compra da agricultura familiar aumentaram a renda das famílias¹ e a valorização do trabalho rural, porém pela perspectiva agroecológica esses Programas tiveram como foco apenas o aumento de renda, não trabalhando os hábitos alimentares e modos de produção sustentáveis. Segundo Silva e Garavello (2012) por meio de intervenções desenvolvimentistas que desconsideram as características locais, reforça-se uma perspectiva de progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam uma dieta mais saudável. Para os autores, deve-se pensar o desenvolvimento sob o viés da alimentação, por considerar o seu poder de abrangência para o entendimento das relações de uso dos recursos naturais de produção e suas consequências para o consumo humano.

De acordo com Menashe et al. (2008) as práticas alimentares, embora tenham sofrido modificações, em função da modernização da agricultura e da incorporação de produtos industrializados, ainda guardam especificidades locais e estão relacionadas a diversas expressões de sociabilidade, como a circulação de alimentos e a realização de festas comunitárias e a redução dessa produção local pode afetar esses processos.

Durante as entrevistas, foi clara a não adoção de práticas sustentáveis de produção, como compostagem, uso de extratos naturais para o controle de pragas e doenças, com predominância pelo uso de produtos sintéticos, incluindo fertilizantes. Esse fato se deve principalmente pelo aumento da renda e garantia de venda para os Programas Públicos, que tem proporcionado meios para aquisição de insumos sintéticos para uso na produção. O Conselho Alimentar Escolar, que fiscaliza o PNAE, prioriza a aquisição de

¹ A renda obtida pelas famílias não foi informada no trabalho a pedido dos agricultores, porém todos relataram o aumento da mesma a partir da venda para os Programas Públicos.

produtos orgânicos/agroecológicos, porém, esse fato é desconhecido pelos agricultores entrevistados, o que poderia estimular a produção orgânica entre os produtores. Segundo Menasche et al. (2008) entre os aspectos que evidenciam as transformações do meio rural, os mais evidentes são o emprego intensivo de insumos e maquinários na produção agropecuária e o aprofundamento da integração dessa produção ao setor agroindustrial, assim como a redução do tamanho das famílias e as facilidades de acesso a bens e valores urbanos decorrentes da melhoria do sistema de transportes e das tecnologias de comunicação.

O processo de especialização da produção visando à venda é citado por Gazolla (2004), que considera a produção para consumo uma característica típica das unidades de produção familiar e vem passando por um processo de mercantilização, incluindo o plantio de *commodities* e uso cada vez mais intenso de tecnologias em larga escala, além da perda do conhecimento acumulado dos agricultores. Com a mercantilização da produção de alimentos que se destinam ao consumo, as famílias se tornam vulneráveis em relação à produção de alimentos básicos e o abastecimento alimentar passa a ocorrer mediante compras nos mercados locais, ocorrendo situações de pobreza e de insegurança alimentar no meio rural (GAZOLLA, 2004).

Segundo Gazolla e Schneider (2007) em pesquisa no Rio Grande do Sul, a produção para autoconsumo na agricultura familiar se modificou muito a partir dos anos 1970, que antes da modernização se caracterizava pelo policultivo, diversificação e voltada ao abastecimento do grupo familiar, com a venda dos excedentes. A partir da modernização, a agricultura familiar passou a ser reconhecida por sistemas produtivos especializados, por produzir menor diversidade de produtos e estar voltada para o mercado, em detrimento da produção para autoconsumo familiar.

A produção para autoconsumo também é responsável por uma maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que circunda as unidades de produção, ficando menos dependentes do mercado e às flutuações de preços. Além disso, essa produção propicia as principais dimensões da segurança alimentar (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007), que na definição de Maluf e Menezes (2006) são a qualidade nutricional dos alimentos; os hábitos/cultura alimentar de cada comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos. A qualidade e sanidade estão relacionadas ao acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde, sendo de grande importância no contexto atual que favorece o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola, com uso de tecnologias cujos efeitos sobre a saúde humana permanecem desconhecidos (MALUF e MENEZES, 2006). Nesse aspecto, o

acesso às políticas públicas vem contribuindo para a substituição de práticas agroecológicas pelo uso de tecnologias com uso de insumos sintéticos, que podem comprometer a qualidade e sanidade dos alimentos e a saúde do trabalhador rural. O respeito aos hábitos e à cultura alimentar implica considerar o patrimônio cultural que está intrínseco nas preferências alimentares das comunidades locais e nas suas práticas de preparo e consumo (MALUF e MENEZES, 2006). Assim, o aumento no consumo de itens industrializados, normalmente ricos em açúcares e gorduras, como observado entre os agricultores, pode impactar esse aspecto, por meio da substituição das práticas de produção e consumo e deveria ser considerado nas intervenções e políticas públicas, reduzindo (talvez em parte) o progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam uma dieta mais saudável (SILVA e GARAVELLO, 2012).

Como terceiro ponto abordado por Maluf e Menezes (2006) está na sustentabilidade do sistema alimentar, que depende da existência de um sistema que garanta a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas no presente, sem comprometer sua capacidade futura de produção, distribuição e consumo. Dessa forma, a adoção das práticas de produção com uso de insumos sintéticos pode comprometer a segurança alimentar no futuro.

Para Gazolla (2004) as políticas públicas para agricultura familiar não estão conseguindo intervir e estimular os agricultores familiares a retomar a produção para autoconsumo e acabam reforçando o padrão produtivista, não permitindo que os agricultores familiares possam diversificar as suas estratégias de vivência e de desenvolvimento rural.

Todos os agricultores entrevistados relataram que houve melhoria da renda após o ingresso nos programas de compra e informaram que os valores pagos pelo PAA e PNAE são satisfatórios, e a partir dessas políticas houve aumento nos preços pagos pelos feirantes e atravessadores, considerando que atualmente os produtores possuem alternativas e garantia de venda para as compras institucionais, e antes dependiam apenas dos intermediários para a comercialização.

Considerações finais

Os Programas de compra da Agricultura Familiar no município de Ribeirão Grande proporcionaram melhorias do ponto de vista econômico e valorização do agricultor, porém do ponto de vista das práticas de produção, as políticas públicas tem ocasionado a especialização de cultivos, o crescimento do uso de insumos sintéticos para a produção, o

aumento do consumo de itens industrializados na alimentação das famílias e redução da produção para autoconsumo, podendo comprometer a segurança alimentar e nutricional.

Repensar as Políticas Públicas sob a perspectiva da alimentação e produção para autoconsumo se torna importante visando manter a autonomia dos produtores e a segurança alimentar, bem como há necessidade de incorporar os sistemas agroecológicos de produção, reduzindo os impactos negativos das tecnologias da agricultura convencional.

Referências

CAMBUY, A.O.S. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico**. 2006. 57 f. Projeto de Conclusão de Graduação (Nutrição) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974. 342 p.

COCA, E.L.F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 165-182, 2015.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.F.; MALUF, R.S., LEITE, S.P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Rev. Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 653 p.

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Rev. Soc. Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

LEAL, S.C.T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 147-164, 2015.

MALUF, R.S.; MENEZES, F. Caderno 'segurança alimentar'. Disponível em: < http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf >. Acesso em: 10 dez. 2015.

MALUF, R.S. Produtos agroalimentares, agricultura, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-262.

MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2007.134 p.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Soc. Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

NAVAS, R.; KANIKADAN, A.Y.S.; GARAVELLO, M.E.P.E. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 19, p. 40-56, 2015.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Rev. Bras. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p.13-54.

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2007.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272 p.

RAMOS, M.O. **A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS)**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

RIBEIRO, A.L.P.; CERATTI, S.; BROCH, DT. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Rev. Gestão Des. em Contexto**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP, 2003. 105 p.

SILVA, R.J.; GARAVELLO, M.E.P.E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

SILVA, R.J.; GARAVELLO, M.E.P.; NAVAS, R.; NARDOTO, G.B.; MAZZI, E.A.; MARTINELLI, L.A. Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 591-607, 2015.

SILVA, T.P.; COSTABEBER, J. A. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS). **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 16, n. 23, p. 131-149, 2013.

SOUZA, A.S.; SOARES, L.F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. In: **11 Congresso Nacional da SBAN**. 2011. Fortaleza – CE. p. 55-70.

TURPIN, M.E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VIEIRA, D.L.M.; HOLL, K.D.; PENEIREIRO, F.M. Agro-Successional Restoration as a Strategy to Facilitate Tropical Forest Recovery. **Rest. Ecology**, Washington, v. 17, n. 4, p. 451–459, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61 p.

VINHA, J.F.S.C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 183-203, 2015.

Recebido para publicação em 23 de junho de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de dezembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de janeiro de 2017.